

LISTA DE FIGURAS.....	19
ABREVIATURAS UTILIZADAS.....	21
INTRODUÇÃO.....	25
1	
DESJUDICIALIZAÇÃO COMO DECORRÊNCIA DA CRISE JUDICIÁRIA E ESTATAL. RELAÇÕES DE CAUSA E EFEITO	39
1.1. Introdução.....	39
1.2. Crise [quantitativa] na Justiça: os impactos sobre direitos e garantias fundamentais de índole processual.....	47
1.3. Crise e riscos à garantia fundamental a partir da CR/88. Os motivos para se “preocupar” com um acesso à justiça mais efetivo	58
2	
O MODELO CONSTITUCIONAL DE PROCESSO (PROCESSO JUSTO) NO TRAJETO DE DESJUDICIALIZAÇÃO. A PROCESSUALIDADE A PARTIR DO CONFLITO (INFLUXO SOCIAL) E CONFORME A CONSTITUIÇÃO (INFLUXO NORMATIVO).....	71
2.1. O modelo constitucional de processo como premissa da processualidade estruturante dos diversos meios de solução de conflitos. Instrumentalidade metodológica de Carlos Alberto Salles e Ada Pellegrini Grinover como horizonte metodológico.....	81
2.2. O modelo geral (ou núcleo essencial da processualidade) sobre a desjudicialização. Por uma instrumentalidade metodológica a partir da complexidade do conflito.....	90
3	
O CAMINHO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE MÉTODOS ADEQUADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS PARA TRANSCENDÊNCIA DA PROCESSUALIDADE. PROCESSO COMO PONTO DE CHEGADA E NÃO COMO PONTO DE PARTIDA NA IDENTIFICAÇÃO DA TUTELA ADEQUADA	99

3.1. Tensionamento entre meios adequados estatais e não-estatais como decorrência do condicionamento histórico do Direito Processual	99
3.2. Fases de amadurecimento dos métodos adequados de solução de conflitos.....	107
3.3. A caminhada de institucionalização dos meios adequados de solução de conflitos.....	111
3.4. Institucionalização dos métodos adequados de solução de conflitos no Brasil	114

4

REVISITAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CRITÉRIOS DE TRIAGEM (SCREENING). DA INSTRUMENTALIDADE METODOLÓGICA À RUPTURA DA TRANSUBSTANCIALIDADE DO PROCESSO. A NECESSIDADE DE SOPESAR AS CARACTERÍSTICAS DO CONFLITO PARA MODELAGEM ADEQUADA DA PROCESSUALIDADE.....	123
4.1. Critérios técnico-objetivos <i>versus</i> Impossibilidade de controlar a dinâmica do conflito	123
4.2. Críticas ao <i>screening-clerk</i> personificado em um único sujeito processual (escrivão de triagem). Consolidação de critérios de <i>screening</i> já propostos pela doutrina. Necessidade de descentralização do <i>screening</i> para a Ciência do Direito e para todos os Sujeitos do Conflito.....	128
4.3. Da proposta de abordagem segmentando sujeito, objeto e relações (sujeito-sujeito e sujeito-objeto)	141

5

SCREENING (TRIAGEM) A PARTIR DA INSTRUMENTALIDADE METODOLÓGICA DO PROCESSO EM CONFLITOS FISCAIS-FAZENDÁRIOS. RELATO DE EXPERIÊNCIA NA PROCURADORIA FISCAL-FAZENDÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA, BAHIA	157
5.1. Relato de experiência empírica no contexto de conflitos fiscais-fazendários	158
5.2. O acordo de cooperação técnica experimental com a Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional (PSFN)	166
5.3. Implantação de métodos extrajudiciais em conflitos fiscais-fazendários no Município de Vitória da Conquista. Decreto nº 20.311/2020. Aplicação de teses dos Tribunais Superiores e foco em desjudicialização de execuções antieconômicas	167
5.3.1. Processos antieconômicos. Arquivamento. Permissivo da Lei de Responsabilidade Fiscal	168

5.3.2.	Da celebração de convênios a acordos de cooperação técnica para a concretização da política pública.....	173
5.3.2.1.	A jurisprudência sobre protestos de Certidões de Dívida Ativa	174
5.3.2.2.	O custo do protesto por indicação (eletrônico)	175
5.3.2.3.	Retirada/cancelamento do protesto pelo Município-Credor, após deflagrado o procedimento.....	177
5.3.2.4.	Limitações operacionais do Tabelionato de Protestos para intimação dos devedores	178
5.3.2.5.	Dos resultados iniciais do protesto.....	178
5.3.3.	Outras questões evidenciadas pela Perspectiva do Conflito.....	179
5.4.	Das necessidades de aperfeiçoamento normativo-administrativo. Estruturas de Processualidade no seio da Administração Pública.....	183
5.4.1.	Inexistência de regulamentação de Processo Administrativo Fiscal..	183
5.4.2.	Da regulamentação do Conselho Municipal de Contribuintes – CMC.....	184
5.4.3.	Do acordo de cooperação técnica entre Município, Tribunal de Justiça e Faculdades de Direito	187
5.4.4.	Da inserção do programa de regularização de débitos (“REGULARIZE”) no ordenamento municipal.....	189
5.4.5.	Projeto de Lei de Compensação de Precatórios com Débitos Tributários	194
6		
	CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS.....	197
	POSFÁCIO	203
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	207